



P E N G U I N



C L Á S S I C O S

**NICOLAU MAQUIAVEL**

---

O PRÍNCIPE



NICCOLÒ DI BERNARDO DEI MACHIAVELLI, ou NICOLAU MAQUIAVEL, em português, nasceu em Florença em 1469, no seio de uma antiga família florentina dedicada à administração pública. A educação do diplomata, filósofo, escritor e historiador renascentista foi fraca, devido aos poucos recursos dos pais, mas integrou o tradicional estudo da Gramática, da Retórica e do Latim. Em 1498, começou a sua carreira de serviço público, sendo nomeado, secretário da Segunda Chancelaria, onde desempenhou, entre outras, funções de conselheiro político e levou a cabo missões diplomáticas. Ao longo de catorze anos, Maquiavel observou a forma como os políticos pensavam, agiam e reagiam, e testemunhou um dos períodos mais convulsivos e tumultuosos da História da península Itálica, dominada por lutas de poder e guerras sangrentas entre cidades-Estado. Em 1512, com o regresso da família Médici ao poder florentino, Maquiavel é destituído dos seus cargos, acusado de conspiração, aprisionado, torturado e, finalmente, expulso da sua cidade. Refugiou-se em San Casciano com a mulher e os filhos, e aí escreveu *De Principatibus*, *O Príncipe*, um tratado de teoria política particularmente inovador para a época, que pretende servir de manual de liderança para os governantes do futuro. Foi também durante o seu exílio que escreveu *Discurso sobre a Primeira Década de Tito Lívio* (1517) e *A Arte da Guerra* (1519-1520). Após um brevíssimo regresso à vida pública, Nicolau Maquiavel, hoje considerado o fundador da filosofia política moderna, morreu na sua cidade-natal a 21 de junho de 1527.

PAULO PORTAS é autor do programa televisivo *Global* e ensina Geo-Economics and International Relations na Nova SBE e em várias universidades europeias e asiáticas. Foi ministro dos Negócios Estrangeiros e vice-primeiro-ministro entre 2011 e 2015 e ministro de Estado e da Defesa Nacional entre 2002 e 2005. Liderou o CDS durante dezasseis anos, tornando-se num dos líderes partidários mais jovens e duradouros. Eleito deputado em sete legislaturas. É vice-presidente da Câmara do Comércio e Indústria (CCIP), empresário e consultor, membro do Conselho de Curadores da Fundação Champalimaud. Fundou, com Miguel Esteves Cardoso, o jornal *O Independente*.

IGOR LOBÃO nasceu em 1976 em Lisboa. Licenciou-se em Psicologia e em Filosofia e fez formação em Psicanálise. A tese de mestrado em Filosofia versou sobre o diálogo epistolar entre o filósofo Martin Heidegger e o escritor Ernst Jünger, intitulando-se «*Trans Lineam/De Linea: Heidegger versus Jünger sobre o nihilismo*». Participou na tradução, do espanhol, de quatro volumes da coleção «Grandes Civilizaciones de la Historia» e traduziu, do italiano, o livro infantil *Che Paura!*, de Barbara Frandino, e obras de divulgação científica como *Il trucco c'è e si vede*, de Beatrice Mautino, ou *Genesi. Il grande racconto delle origini*, de Guido Tonelli.

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO	vii
O Príncipe	1
DEDICATÓRIA	
NICOLAUS MACLAVELLUS AD MAGNIFICUM LAURENTIUM MEDICEM. [Nicolau Maquiavel ao Magnífico Lourenço de Médicis]	
I	3
II	7
III	9
IV	11
V	23
VI	27
VII	31
VIII	37
	47

IX	55
X	61
XI	65
XII	69
XIII	77
XIV	83
XV	87
XVI	91
XVII	95
XVIII	101
XIX	105
XX	119
XXI	127
XXII	133
XXIII	137
XXIV	141
XXV	145
XXVI	151

## INTRODUÇÃO

De Niccolò di Bernardo dei Machiavelli (Nicolau de Bernardo dos Machiavelli, em tradução relativamente livre), se poderia dizer, para começar, que passou à história com uma sonoridade e grandeza consideravelmente superiores às que mereceu em vida. Poderia mesmo acrescentar-se que Maquiavel sempre se achou melhor e mais digno de consideração do que a que recebeu ou obteve durante a sua atribulada existência (1469-1527) em Florença — e também em Roma, em virtude dos papas —, em plena Renascença. Vários dos seus textos foram até tentativas fracassadas de elogiar para ser notado e promovido. Debalde. A sombra de Maquiavel na história da política seria muito maior do que a relevância que ganhou entre os seus contemporâneos. Dele nunca se poderá dizer que «não reza a história». Rezou até hoje e continuará a rezar.

Os acidentes de percurso de Maquiavel em vida foram vários e não abonaram a sua esperança na natureza humana (que já era pouca). Para o bem e para o mal, a sua

biografia, real e imaginada, ficará para sempre vinculada ao poder, legado, fortuna e infortúnio dos Médici, de Cosme a Lorenzo e a Giovanni, cuja reputação póstuma seria genericamente muito melhor, não tanto pela política ou pela banca, mas sobretudo pelas artes e, no caso, pelas dedicatórias. Mas a verdade é que nem os Médici, nem sequer os Bórgia, em sentido oposto, todos e cada qual com muito mais poder do que Maquiavel, foram fecundos a ponto de à sua volta a etimologia mudar. Ora, a partir de Maquiavel criaram-se palavras, o que chamaríamos hoje ismos. As mais importantes são um substantivo (maquiavelismo) e um adjetivo (maquiavélico), mas além dessas há muitas outras derivadas. Os significados, como sabemos, são parciais e não dão nada bom nome na praça: perfídia, engano, dolo, traição. Se alguém é inescrupuloso e, acima de tudo, está em negação das leis morais, «maquiavélico» será. No melhor cenário, Maquiavel dá contexto aos astutos, aos ardilosos e aos espertos. Ora, convém ter presente que quem «cunhou» os sinónimos não foi coevo de Maquiavel. São avaliações no essencial póstumas e muitas vezes com a distância de séculos. O risco é óbvio: o avaliador tem padrões de valores e memórias de discussão completamente inexistentes na Florença em que Maquiavel viveu e escreveu.

Há, ainda hoje, grandes dissídios sobre a interpretação de *O Príncipe* (e do que Maquiavel realmente foi). Isaiah

Berlin fez uma copiosa e cultíssima recensão dessas divergências, tão amplas quanto insanáveis. Quase se diria que os autores não leram o mesmo livro ou então não conseguiram ser independentes da sua circunstância temporal. Para uns, Maquiavel foi um patriota (de Florença), quase sempre amoral. Para outros, um republicano, mas inescapavelmente tentado pelos déspotas. Há pensadores mais atrevidos, que o definem como democrata (um exagero) ou pelo menos um crente nas liberdades pessoais (matéria de discussão). Um «partido» classifica os seus estudos como irónicos, outro como metafóricos e outro ainda (o mais lúcido) como realistas, atribuindo-lhe mesmo, não sem razão, a fundação da escola do «realismo político» moderno. A montante, há quem o estime típico do seu tempo, a jusante há quem o considere radicalmente inovador e, por isso, atípico. Não falta quem peregrine pela fé ou falta dela em Maquiavel: as opiniões oscilam entre o pagão, o anticristão ou o católico sincero, sendo que os factos da sua vida religiosa apontam para a prática do culto que, não sendo exuberante, o distancia tanto da vida sem Deus como da vida contra Deus (outra coisa já será o modesto lugar de Deus na política da sua bibliografia). Igual polémica se verifica quanto à dimensão que terá tido nas ciências humanas: vamos do técnico frio e cientista objectivo, às vezes com fama de ser meramente empírico, ao homem desprovido de qualquer discernimento



científico e histórico. Animicamente, as versões sobre Maquiavel também não coincidem de todo: ele foi um homem de Estado apaixonado pela «razão de Estado» (é verdade) ou foi um homem bastante ansioso, algo frustrado e frequentemente bajulador (o que não é mentira)? A intensidade das divergências acentua-se quando incluímos a disciplina dos valores na obra de um homem que viveu, sobretudo, inquieto e angustiado com a fragmentação e a fraqueza do que ainda não era Itália, mas já eram os italianos. Uns sugerem e acusam: era diabólico e sanguinário, uma espécie de «mestre do mal»; em frente, outros vêem nele o pensador virtuoso ou simplesmente um esteta. «Um Popper do seu tempo», afirma um autor. Alguém «ocasionalmente com náuseas morais», corrige outro.

Deste elenco resumido, podemos concluir que não haverá jamais *consenso* sobre Nicolau Maquiavel. Ou, pondo a coisa em termos mais enxutos, Maquiavel é a *complexidade*. A tal ponto que Gramsci e Mussolini o puderam admirar sem traço de hesitação. Gramsci, que pensava que todo o Estado é uma ditadura, escreveu sobre Maquiavel umas «notas» detalhadas e aprendeu com ele a fusão da ciência política e da ideologia política sob a forma de mito dramático. Mussolini acreditava no Estado totalitário e quis convocar Maquiavel em sua defesa. Pensou mesmo fazer uma dissertação universitária que teria o sugestivo título de «Vademecum per l'uomo di governo»,

amparando-se, sobretudo, na ideia maquiavélica de que o Príncipe (no caso, o ditador) teria de ser forte e usar a força, porque a natureza humana não tem propensão dominante para o bem, nem para a aceitação do bem.

Não deixa de ser curioso que tudo isto suceda a propósito de um livrinho não demasiado extenso que, segundo o autor, na insinuante carta a Vettori, o seu amigo embaixador de Florença em Roma, tinha uma intenção original mais formal e tradicional: investigar «qual a essência dos Principados, de quantas espécies podem ser, como adquiri-los, como conservá-los e qual a razão da sua perda». Portanto, era para ser uma tabulação dos regimes políticos. Acabou por ser uma revolução na ciência política.

\*

Este homem, que não descolará da «reputação de cinismo amoral» (*Enciclopédia Britânica*), nasceu numa família prometedora de Florença, era filho de um doutor em leis, mas conheceu cedo os destinos aleatórios causados pela política — a queda do pai, obrigado a exercer clandestinamente a profissão, levou-o a dizer que este «aprendeu primeiro a viver sem, antes de aprender a viver com». O dinheiro, ou a falta dele, seria, aliás, uma permanente dor de cabeça e razão de mágoa para Maquiavel: viveu

com restrições, os livros eram «o único luxo em casa» e queixava-se amiúde de ser mal remunerado.

Pouco tempo depois da execução de Savonarola, Nicolau Maquiavel entra no serviço público, para a Segunda Chancelaria da República de Veneza, que aos 29 anos de idade chefiaria. Como o número indica, o departamento não era irrelevante, mas também não era o mais importante. Uma oportunidade — o que agora qualificaríamos de «reestruturação» — aproximou-o dos *Dieci*, o centro do executivo em Florença, preenchendo o respectivo secretariado. Funcionalmente, foi uma migração dos assuntos internos para uma oportunidade na política externa e na defesa e segurança de Florença. Cedo receberá a sua primeira missão de «observação externa» na corte de França, onde confirmaria a sua preferência pelo poder centralizado num só Príncipe, para ele o segredo das nações fortes.

Tempos houve em que Maquiavel viu em César Bórgia e nos seus desígnios a possibilidade do «Novo Príncipe» e o remédio para os males de Itália. Segue para Roma durante o conclave que devia escolher o sucessor de Alexandre VI — pai do dito César — e do breve Pio III. O resultado surpreende-o, porque os Bórgia perdem. De volta a Florença, Maquiavel recebe o raro favor de Soderini, o novo magistrado-chefe. Será o seu braço direito e é junto a ele que o intelectual se torna «fazedor»

e deixa obra política e não apenas literária. A fragmentação italiana assentava também na pulverização e na monetização dos seus exércitos. Todos se defendiam ou atacavam com grupos de mercenários, que Maquiavel considerava desleais e especialmente furtivos e cobardes em combate. Propõe um «exército nacional», com recrutamento cívico, dotado de órgãos de controlo e inspecção. Florença terá a sua defesa independente das leis do comércio das almas. Chega a comandar a nova milícia do Principado na operação para «resgatar» Pisa e revela coragem física e entusiasmo, não aceitando senão comandar na linha da frente (difícil imaginar que Nicolau Maquiavel fosse apenas um intelectual ou um funcionário).

O apogeu seria breve. Mais uma vez, a inconstância da política prejudica o «servidor do Estado», facto que não deixa de convocar uma reflexão: no século xx, a perenidade da alta e qualificada Administração Pública italiana foi a «vacina» possível contra a instabilidade crónica no executivo, porque os governos caíam como tordos, mas as lideranças e os profissionais dos serviços, não. Sucede que Maquiavel não teve essa sorte. Quando Soderini caiu, tombou com ele. Regressam os Médici e a humilhação de Maquiavel não foi apenas o despedimento: terá perdido também o direito de entrar no Palazzo della Signoria. Maquiavel chega a ser preso — como não havia ele de pensar que os homens têm as mesmas paixões liberticidas

ou suicidas desde que o mundo é mundo? — e julgado, proclamando-se inocente de pertencer a uma «lista de conspiradores». Vê a sua circulação limitada e os seus recursos diminuídos. Sabendo que um Médici seria eleito papa, volta a recorrer ao «elogio desesperado» para tentar melhorar a sua sorte. Escreve o *Canto degli spiriti beati* para ganhar o louvor do Vaticano. Em vão, outra vez.

«Maquiavel perde o seu lugar, mas nós ganhámos Maquiavel», é o aforismo conhecido para explicar como a má sorte política de Maquiavel teria consequências literárias que o mundo não esqueceria. Estamos em 1513 e é então que o autor começa a escrever *O Príncipe* e também grande parte dos *Discorsi* (sobre a primeira década de Tito Lívio). O ambiente em que o fez era sombrio e cheio de tédios e ressentimentos. Maquiavel deve a subsistência à família, trata do jardim, conversa com lenhadores, lê Dante e vai com regularidade a uma estalagem próxima, jogando gamão com parceiros «grosseiros», como se percebe nas suas cartas e biografias. E depois escreve. Escreve muito. Escreve tanto que confessa: «durante quatro longas horas, não sinto qualquer aborrecimento, esqueço as misérias, não receio a pobreza, não me atemoriza a morte».

Destes dois livros principais, e não rigorosamente coincidentes — um mais republicano, outro mais carismático e despótico —, seria sobretudo *De Principatibus* (o primeiro título que teria *O Príncipe*) a marcar o seu destino.

É conciso, organizado, tem imaginação e, como se diria hoje, está repleto de *soundbites* que marcarão a ciência política para sempre. E são precisamente essas frases curtas, eléctricas e chocantes que marcarão a posteridade das suas obras. «A força é justa, quando necessária», seria apenas uma delas.

Na dedicatória e no objectivo, *O Príncipe* visava em primeiro lugar a restauração das dignidades de Maquiavel, à espera que o novo Médici o lesse (facto incerto) e o merecesse (pelos ensinamentos). O reconhecimento não foi imediato: teve de escrever e esperar pela *Arte da Guerra*, obra com muito talento, precisou de um intermediário amigo (Strozzi) e ser confirmado por um novo Papa. Antes, Maquiavel ganhara finalmente uma posição na Universidade de Florença (1520), com um salário de 57 florins por ano, tendo como função ser algo semelhante a um historiador orgânico da República. As suas intenções reformadoras — pelo bem do Estado, pelo bem do poder e pela capacidade de exercer o poder pela força e fazer a guerra —, levaram o antigo cardeal Júlio Médici, entretanto papa, a chamá-lo. Encomenda-lhe uma *Istorie Fiorentine*, com vários tomos e 120 florins de remuneração. Volta a frequentar os centros de poder, coloca-se ao lado do papa em várias crises e é eleito secretário do Conselho dos Cinco, onde recebe a missão de supervisionar as fortificações.

Perto do fim, a vida reservaria uma última decepção a Maquiavel. Os Médici caem em desgraça em Florença, e Maquiavel, eternamente cândido sobre si e pessimista sobre os outros, ainda espera o reconhecimento da sua excelência, e até sonha voltar à Chancelaria. Mas nada disso aconteceu. Aos olhos do novo poder, ele não estava isento de cumplicidade com o anterior. Morreria em 1527, não exactamente nas boas graças do Estado que tanto teorizou.

\*

Como um filósofo notou, *O Príncipe* pode ter sido o livro político que mais scandalizou o pensamento político ocidental, mas não foi obra que, no seu tempo e durante algum tempo, causasse qualquer desconcerto, muito menos um desconcerto fundamental. Isso veio depois, pela mão dos seus detractores e admiradores, intérpretes e abusadores. Essa é uma luminosa advertência para o leitor que se prepara para fazer o percurso dos 26 capítulos de *O Príncipe*. O que vai ler não pode deixar de ser situado em perspectiva: estamos no século XVI, no espírito da Renascença, em Florença, um dos quatro eixos nucleares de Itália (com Roma, Veneza e Milão). As Américas e o caminho para a Índia tinham sido descobertos. O comércio globalizava-se. A divisão entre

a autoridade espiritual do papa e temporal do imperador estava em crise. As monarquias unificadas sedimentavam-se. Já havia imprensa. As teses de Lutero começavam a causar o abalo sísmico da reforma em 1517. A Europa do Renascimento vivia o seu esplendor. Leonardo nasceu 17 anos antes de Maquiavel e morreu oito anos antes dele. É com estes olhos (os da história), e não com óculos do século XXI, que é preciso ler *O Príncipe*.

À magna questão de saber que tipo de livro é este, eu responderia: é ao mesmo tempo um livro de história política, ciência política e filosofia política, a que se soma o pincel do direito constitucional e o travo, desejado pelo autor, do manual de governação. Ora, como já vimos, Maquiavel não era historiador, só era leitor; não era cientista, só era racional; não era filósofo, só era pensador; não era jurista, só era alto funcionário; e não era governante, embora sonhasse ser o conselheiro do «novo Príncipe» que idealizou. Digo que é um livro de história política, porque usa a experiência e o conhecimento dos factos históricos comparados com as fontes da época. Acrescento que é um livro de ciência política, porque há um antes e um depois de Maquiavel, nessa disciplina. Insisto que também é um livro de filosofia, no sentido da teoria do Estado, do poder e da coerção, não dissimulando contradições fundamentais no plano moral, ou das moralidades (já lá vamos). O arquétipo constitucional é quase



uma consequência dos juízos que Maquiavel faz. E ninguém negará que *O Príncipe* foi lido, revisto e comentado por inúmeros governantes, fosse como farol do que é chefiar, fosse como alerta para o que o chefe não deve fazer.

É muito difícil compreender Maquiavel se não se reconhecer o postulado inicial da sua visão da natureza humana. Maquiavel era antropologicamente céptico, diria mesmo pessimista. Ou seja, admitia que o homem fosse capaz da virtude, mas não acreditava, de todo, que essa fosse a tendência dominante, muito menos que se pudesse contar com essa prevalência na população, enquanto soma dos indivíduos organizados em comunidade. Algumas das sentenças mais duras de Maquiavel são, precisamente, sobre a natureza humana, feita de homens *geralmente ingratos, volúveis, simuladores e dissimuladores, avessos aos perigos, ávidos de lucro e, enquanto lhes fazes o bem, são todos teus, oferecem-te o sangue, os bens, a vida e os filhos, como eu disse antes, sempre que a necessidade esteja longe. Mas, quando esta se acerca, revoltam-se.*

É também deste postulado que nasce outra das considerações mais célebres de Maquiavel: o Príncipe deve, em regra, ser mais temido do que amado porque *os homens têm menos pudor em ofender alguém que se faz amar do que alguém que se faz temer.* Explica: *porque o amor é mantido por um vínculo de obrigação, que, sendo os homens mesquinhos, se quebras nas ocasiões oportunas,*

*mas o temor sustenta-se num medo de punição que não esmorece nunca.* Embora ele tenha produzido textos mais respeitadores das liberdades de um sistema «republicano», a verdade é que o princípio de que o Estado só sobrevive se for forte e, conseqüentemente, o Príncipe só é eficaz se mantiver o cutelo por perto e à mão, constitui o pilar crítico de pensamento de Maquiavel. Chega, aliás, a avisar os que pensam que um Príncipe bom fará um bom governo para os riscos telúricos dessa escolha. Rapidamente «estará perdido».

Do pessimismo antropológico, Maquiavel retira todas as conseqüências numa escrita que, aliás, tem a relevante vantagem da nitidez. Tirando a opinião do governante de turno em Florença, não parece que Maquiavel estivesse preocupado como os *likes* dos outros (coisa muito do nosso tempo) nem que fizesse a pergunta: «Será que eles vão gostar das inconveniências que escrevi?» Talvez por isso, a maior conseqüência do seu pessimismo fosse a exposição inovadora (e demolidora) sobre os temas morais na sua visão política. Benedetto Croce atribuiu-lhe a proeza inédita de ter «imunizado» a construção do Estado e a sua perpetuação — a verdadeira missão do Príncipe — em relação aos sentimentos morais. «É bem conhecido que Maquiavel descobriu a necessidade e a autonomia da política, política que está acima do bem e do mal morais, que tem as suas próprias leis contra as quais é inútil

rebelar-se», escreveu o filósofo, essencialmente liberal, que foi ministro da Educação na Itália pré-fascista. Percebo mas inclino-me para outra visão: Maquiavel reconhece a existência dos princípios morais na vida individual, cita-os com frequência, mas não os considera compatíveis com os deveres do Príncipe, e chega a aconselhar as pessoas «boas» a não se envolverem nas questões do Estado. No sistema maquiavélico, há duas morais concorrentes, mas não tangentes: a da vida dos indivíduos, que dificilmente acedem à virtude mesmo que a proclamem, e a dos Príncipes, cujo critério de avaliação não pode ser outro senão a sua eficácia, resultado insubordinável às reclamações religiosas de piedade, caridade, humildade ou limitação.

Essa rivalidade existe, em contraste, tanto nos fins como nos meios, porque a fidelidade aos princípios cristãos não é a mesma que um governo eficaz exige necessariamente aos Estados, e, por conseguinte, os meios empregados também não poderão ser esferas similares. O sistema tem uma lógica difícil de contrariar: se os homens fossem todos «bons», o Estado e a política poderiam acolher categorias morais. Mas não são, e não terão emenda, daí a obrigatoriedade de aceitar que o Príncipe não se deva render à moral cristã. Ou, se se preferir, é inevitável, para Maquiavel, observar a política como ela é e não como deveria ser, uma espécie (mal definida) de moral própria e pagã. Há mesmo uma passagem, neste

livro invulgar, em que ele recomenda não aderir à inflexibilidade da palavra: *Se os homens fossem todos bons, este preceito não seria bom, mas, porque são mesquinhos, não a observam a teu respeito e também tu não a tens de observar a respeito deles.*

Nicolau Maquiavel era um realista puro e duro e, noutra passagem, adverte que os Príncipes que começam bem e depois se perdem são — precisamente — os que deixam de ver a realidade e se entregam à utopia. O Príncipe tem de ser leão e raposa, na condição de que, quando vestir a pele da raposa, procure disfarçá-la. Mazarino não diria outra coisa no seu *Breviário*: simular e dissimular estão na essência da trajectória política, porque assim se servem as finalidades do Estado e, afinal, essa especificidade não se distancia tanto assim da natureza humana, ela própria carregada de simulações e dissimulações. Não é possível não concordar que, em Maquiavel e seus seguidores, o «cinismo» era uma qualidade soberana.

Curiosamente, Maquiavel, afastando-se rotundamente de soluções de meio-termo, procura várias vezes aquilo que poderíamos designar por «equilíbrio». Voltando à sua metáfora animal, o Príncipe tem de saber que o combate se faz *pela lei e pela força*. As leis são próprias dos homens, a força é a arma dos animais. Como aquelas são insuficientes, tem de se usar esta última amiúde — sendo leão porque a raposa perde com o lobo, e sendo raposa porque o leão

não conhece a armadilha. A propósito da célebre questão maquiavélica, que já vimos — amado ou temido? —, a conclusão que ele tira é ainda assim subtil: *deve um príncipe sábio fundar-se sobre aquilo que é seu e não sobre aquilo que é de outros e procurar apenas fugir do ódio, como se disse*. Portanto, deve ser temido, mas não odiado. Mais à frente (os capítulos xv a xx são manifestamente os mais conhecidos e citados), racionaliza porque é que o Príncipe odiado não é conseqüente com a sua principal obrigação, a de ser triunfante. *O ódio ou o desprezo foram a causa da ruína dos imperadores mencionados*. Mesmo na questão da crueldade, em que Maquiavel é cruel (achava, por exemplo, que a conquista não prescinde da destruição das coisas e da deslocalização das almas, para prevenir a vingança), o racional é um uso astuto das várias qualidades disponíveis. *Digo que cada príncipe deve desejar ser tido por piedoso e não cruel, contudo, deve cuidar de não usar mal essa piedade*. O seu conselho foi o de que o Príncipe deve agir sem medo mas com moderação, *para que a excessiva confiança não o deixe incauto e a excessiva desconfiança não o torne intolerável*. Na guerra, porém, é implacável: o Príncipe não se deve preocupar *nada* com a fama de cruel, porque esta é a natureza do que é bélico e os exércitos só assim se manterão disciplinados.

\*

Várias coisas aconteceram a Maquiavel depois da sua morte, e *O Príncipe* está quase sempre no centro delas. Desde logo, a edição do próprio livro, redigido por volta de 1520 mas só publicado em 1532. O mesmo acidente aconteceria com o conceito de «razão de Estado», um dos fundamentos da diplomacia na era dos Estados modernos, em que Maquiavel pensa e por vezes verbaliza, mas que, oficialmente, só receberá baptismo umas décadas posteriores a ele.

O que ele já não viu, nem viveu, foram as imensas sequelas ou abalos causados pelas suas meditações, um rol deveras impressionante. Caso para celebrar: o poder que um livro pode ter (na verdade, foram cerca de uma trintena com a assinatura dele). Maquiavel morreu com 58 anos, tendo recebido os sacramentos da Igreja. Foi, aliás, Clemente VI que autorizou a impressão de *O Príncipe*, algures em 1531. Como a criatura escapa ao criador, *O Príncipe* virá a estar no centro das questões e guerras religiosas.

O primeiro ataque feroz vem de Inglaterra, pela mão do cardeal-arcebispo de Canterbury, coligando a obra com a mão do Demónio. A vaga será profunda: tal como foi um papa a autorizar a edição, será outro a denunciá-la (Paulo IV). *O Príncipe* é enegrecido no Concílio de Trento

e colocado no Index. Em França, país que Maquiavel admirava, a má onda é violenta, porque Maquiavel é «associado» a Catarina de Médici e os franceses, quando querem, não são delicados com «estrangeiros». Espantosamente, «a Noite de Saint-Barthélemy», quase meio século depois da morte de Maquiavel, serve para o crucificar enquanto «inspirador» do massacre dos protestantes. Estes consideravam-no «um jesuíta», pela inteligência, digamos. Mas os jesuítas não o pouparam e estão mesmo no epicentro da indignação católica contra Maquiavel, como se apenas tardiamente tivessem descoberto o risco letal de uma teoria política desprovida de sentimentos morais na sua específica regulação. Como diz um autor, o seu prestígio tornou-se infernal.

Seriam os políticos conhecidos pela esfusiante admiração pelo poder (e pelo seu poder) a ajudar a memória de Maquiavel. Richelieu, certamente, e Mazarin também. *O Príncipe* tornou-se um manual de regras para o poder absoluto. No século seguinte — o XVIII — Frederico, o Príncipe da Prússia, escreve um *Antimaquiavel*, que seria, no mínimo, um «prelúdio» paradoxal de aspectos da sua carreira real. No século XIX, Napoleão é praticamente considerado como uma consagração viva de *O Príncipe*, não necessariamente pelas melhores razões. Já a unificação de Itália, claro, deixaria Maquiavel feliz, e a Itália feliz com ele.

Do século xx, já falámos. Falta um detalhe incerto: Estaline também tinha *O Príncipe* em grande conta, com lugar na sua muito vasta biblioteca. Ainda que seja verdadeira a tentação «maquiavélica» de várias figuras (para todos os gostos) do século totalitário, o legado de Maquiavel resistiu sempre, melhor ou pior, às apropriações mais ou menos (in)devidas. Não terá sido tanto pelas suas conclusões despóticas à procura de um Príncipe «tecnicamente perfeito», que o tempo, em todo o caso, condenaria. Será antes pela majestade de algumas das suas considerações mais pessimistas, ainda que verdadeiras, sobre o comportamento humano? Essas considerações ganharam estatuto intemporal, dada a sua persistente ratificação...

É possível, mas o leitor dirá.

*Paulo Portas*  
*janeiro de 2022*



# O Príncipe

## DEDICATÓRIA

NICOLAUS MACLAVELLUS  
AD MAGNIFICUM LAURENTIUM MEDICEM.

[Nicolau Maquiavel  
ao Magnífico Lourenço de Médicis]

No mais das vezes, aqueles que desejam obter as boas graças de um príncipe costumam ir ao seu encontro com as coisas que entre os seus são consideradas as mais desejadas ou com as quais o veem deleitar-se mais. Onde repetidas vezes são presenteados com cavalos, armas, brocados, pedras preciosas e outros ornamentos dignos da sua grandeza. Desejando eu, pois, oferecer-me a Vossa Magnificência com algum testemunho da minha submissão, não encontrei entre os meus bens coisa que tenha jmpor mais querida ou que tanto estime quanto o conhecimento das ações dos grandes homens, adquirido por mim graças a uma longa experiência das coisas modernas e a uma contínua aprendizagem das antigas, as quais, tendo-as

eu longamente excogitado e examinado com grande diligência, e agora resumido num pequeno volume, envio a Vossa Magnificência. E ainda que julgue ser esta obra indigna da Vossa presença, confio, todavia, que possa ser aceite, dada a vossa humanidade e considerando que de mim não possa fazer maior oferenda do que a possibilidade de compreender, em brevíssimo tempo, tudo aquilo que eu, ao longo de tantos anos, tantas dificuldades e perigos, conheci. Esta obra não vai adornada nem repleta de cláusulas amplas, ou de palavras empoladas e magníficas, ou de qualquer outro lenocínio ou artifício extrínseco com os quais muitos costumam descrever e adornar as suas, porque quis ou que nada a enobrecesse, ou que apenas a diversidade do material e a gravidade do assunto a tornassem apreciada. Nem ensejo que se tome como presunção que um homem de baixo e ínfimo estado ouse discorrer e estabelecer as regras dos governos dos príncipes, pois, tal como os que desenham os territórios se posicionam num plano mais baixo, na planície, para examinar a natureza das montanhas, e dos locais altos e do cume dos montes contemplam os locais abaixo, da mesma forma, para conhecer bem a natureza dos povos, é preciso ser príncipe e, para conhecer bem a dos príncipes, é preciso ser do povo.

Vossa Magnificência, aceite, pois, esta pequena oferenda com aquele ânimo com que eu a envio, visto que, se por vós diligentemente considerada e lida, encontrará

no seu interior o meu desejo extremo de que alcanceis aquela grandeza que a fortuna e as vossas demais qualidades prometem. E se a Vossa Magnificência, do ápice da vossa alteza, alguma vez voltar o olhar para estes lugares baixos, saberá quão indignamente suporto uma enorme e contínua malignidade da fortuna.

«Os homens têm menos pudor  
em ofender alguém que se faz amar  
do que alguém que se faz temer.»

Em 1513, durante um dos momentos mais conturbados da História do território que hoje compõe a Itália, Nicolau Maquiavel escreve, no exílio, *O Príncipe*, um tratado de filosofia política que rompe drasticamente com a tradição e a aparta da moral, fundando assim aquilo que hoje conhecemos como o pensamento político moderno.

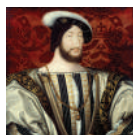
Com inusitado pragmatismo e realismo, Maquiavel analisa governos e governantes do passado, de imperadores romanos a papas renascentistas, para, liberto de qualquer idealismo, identificar a verdadeira natureza do poder e dos seus mecanismos e traçar o retrato do príncipe perfeito: forte, determinado, capaz de inspirar nos seus aliados e adversários lealdade e temor em igual medida. Uma controversa receita para o poder, que permanece, quinhentos anos depois da sua publicação, um dos textos mais lidos e estudados de sempre.

P E N G U I N



C L Á S S I C O S




Tradução de Igor Lobão  
Introdução de Paulo Portas



Retrato de Francisco I,  
rei de França,  
c. 1527-1530. (óleo  
sobre madeira)  
por Jean Clouet

© Leemage/Corbis via  
Getty Images

[penguinlivros.pt](http://penguinlivros.pt)

   [penguinlivros](https://www.instagram.com/penguinlivros)



Penguin  
Random House  
Grupo Editorial

ISBN 9789897845147



9 789897 845147 >